

Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Oinício da conscientização do magistério pelotense  
enquanto classe (1926-1933)

Sergio Ricardo Pereira Cardoso\*

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo investigar o contexto em que se dá, em Pelotas, a conscientização do magistério enquanto classe organizada e defensora de seus direitos. Como fruto do “Entusiasmo da Educação” e do “Otimismo Pedagógico”, no contexto nacional emerge a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Os esforços de Levi Carneiro em dar um caráter nacional ao movimento criado no Rio de Janeiro vão desembocar na criação da Seção Pelotense da ABE (SPABE). Dessa iniciativa, será criada, em 1929, a Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP), que, embora presente, conforme a classificação de Antunes (1985), características corporativistas, tal iniciativa foi, sob certo aspecto, a gênese de uma consciência de classe do magistério pelotense; inclusive, a ASRP fundou filiais em outras cidades.

**Palavras-chave:** Docência – Consciência de classe – Associação.

**Abstract:** This work has for objective to investigate the context where if it gives, at Pelotas, the awareness of the teaching while class organized and defending of its rights. As fruit of the “Enthusiasm of the Education” and the “Pedagogical Optimism”, in the national context the Associação Brasileira de Educação (ABE) emerges in 1924. The efforts of Levi Carneiro in giving a national character to the movement created in Rio De Janeiro go to discharge in the creation of the Sessão Pelotense da ABE (SPABE). Of this initiative, she will be servant, in 1929, the Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP), who, even so presents, as the classification of Antunes (1985), corporative characteristics, such initiative was, under certain aspect, the beginning of the class conscience of the teachers at Pelotas; also, the ASRP founded branches in other cities.

**Keywords:** teaching - Class conscience – Association.

O movimento sindical vive hoje sua maior crise, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Independente da abrangência desta crise ela se reflete nos aspectos objetivos e subjetivos das organizações de trabalhadores.

Para Antunes (2000:62), o aumento do abismo social criado no interior da própria classe trabalhadora reduz fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores estáveis e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários

---

\* Professor – Doutorando da Universidade Federal de Pelotas.

ou precários. A conseqüência mais direta é o desmoronamento do sindicalismo vertical vinculado à categoria profissional, ou seja, mais corporativo. Por outro lado, a crise vivida pelos sindicatos os impossibilita de atuar de uma maneira horizontal, com abrangência maior a fim de aglutinar o conjunto dos trabalhadores desde os estáveis até os precários.

Para o autor em questão ainda permanecem em aberto algumas questões apontadas por ele próprio a partir dos seus diversos estudos já realizados (1985, 1997, 1999, 2000) sobre a crise dos sindicatos: Serão capazes de reunir trabalhadores estáveis e precários? Resistirão a uma nova modalidade de corporativismo que elege apenas o trabalhador estável como centro dos interesses do sindicato? Serão capazes de elaborar uma nova forma de atuação sindical que supere as deficiências das modalidades anteriores? Romperão a barreira que se estabeleceu entre a luta sindical e a luta parlamentar, entre luta econômica e luta política?

Estas questões propostas, pela sua abrangência, também podem ser direcionadas para o campo de debate do sindicalismo do magistério, principalmente pela proximidade da desestruturação do trabalho que vem ocorrendo com o professorado.

Especificamente no tocante ao movimento sindical do magistério — é o ramo do setor público que apresenta as maiores taxas de sindicalização e, ainda que em menor grau, na década de 90, como o sindicato que promoveu as maiores mobilizações — o seu ingresso na CUT foi muito importante, pois pode tomar contato com um debate mais intenso sobre o sindicalismo de outras categorias.

Contudo, nem sempre o movimento associativo dos professores se fez com essas características. Muito provavelmente, o ingresso dos sindicatos do magistério na CUT está relacionado a uma maior identidade com o sindicalismo reivindicativo e de luta, em função das suas condições econômicas e salariais muito próximas das demais categorias de trabalhadores.

Sob este aspecto, Nóvoa (1991:127-128) salienta que “a prática das associações de docentes se caracteriza, quase sempre, por um comportamento um tanto híbrido, organizado em torno de duas dimensões: a defesa dos interesses corporativos de seus membros e a defesa do ensino enquanto serviço público e função de utilidade social”.

Pois bem, o objetivo deste trabalho é analisar o movimento organizacional do professorado pelotense, enquanto classe, a partir de 1926, culminando posteriormente com a criação da Associação Sul Riograndense de Professores em 1929, pairando, atualmente, sob a condição de “quase-extinção”.

### **Anos 20 e o nascimento da Associação Sul Riograndense de Professores**

Os últimos anos do Séc. XIX e os primeiros do Séc. XX, mais especialmente os anos 20, proporcionou ao Brasil mudanças em vários aspectos da sociedade, contudo as mais significativas foram aquelas ligadas à urbanização e industrialização. Jorge Nagle (2001:26-38) aponta que, no momento em que transformações significativas, nos diversos níveis, ocorriam no mundo, o Brasil em particular presenciava consideráveis alterações na vida social, das quais o processo de industrialização, o imigratório e o de urbanização são alocados como impulsionadores e intensificadores dos dispositivos de escolarização.

Com a República, vieram também novas esperanças e promessas em vários setores. A descentralização política possibilitou mais autonomia e, portanto, poder aos governadores e coronéis locais, além de diminuir a burocracia, pois deixaria as decisões nas mãos dos chefes locais, que teoricamente estariam mais aptos a resolver os problemas de cada localidade, garantindo assim o fortalecimento da democracia. No setor econômico, os cafeicultores, a incipiente indústria, os banqueiros e os emergentes comerciantes, lucravam enormemente com a venda do café ao exterior, possibilitando o desenvolvimento da economia do país como um todo.

Entretanto, a República frustrou mais do que realizou. O ideal federativo fortaleceu os coronéis locais, a maioria dos quais com interesses alheios ao bem comum, e os governadores passaram a ter um papel mais decisivo nas suas regiões, passando a se tornarem importantes figuras nacionais. Um exemplo disso é a política do “café-com-leite”, em que paulistas e mineiros se revezavam no controle do poder central a partir do início do século XX. O sonho democrático de inclusão social fracassou em virtude das inúmeras limitações legais, como a proibição ao voto feminino e aos menores de 21 anos, além das fraudes regulares em eleições. Do ponto de vista econômico, o monopólio da oligarquia cafeeira tornou o Brasil muito dependente da economia internacional e, portanto, facilmente sujeita a seus revéses. O Queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 foi o ponto culminante dessa dependência, gerando uma das piores crises econômicas da História do Brasil.

O sistema educacional pouco se modificou, desde a proclamação da República até a Revolução de 1930. As três principais falhas do período imperial – a elitização, a falta de integração entre os cursos primário, secundário e superior e a transferência de responsabilidade do primário e técnico-profissional aos estados – persistiram; na verdade, a Constituição Republicana de 1891 só fez ecoar o Ato Adicional de 1834. Em seu artigo 34, ela estabelecia como competência privativa do Congresso Federal a regulamentação do ensino superior e a incumbência não-exclusiva do mesmo de criar instituições de ensinos secundário

e superior nos estados. Quanto ao ensino primário, a única ação efetiva do governo federal foi substituir, em 1918, as escolas estrangeiras do sul do país por escolas nacionais.

Ao mesmo tempo, alguns estados realizaram reformas no primário, visando unificar as instâncias educacionais. As principais foram a de Sampaio Dória em São Paulo, no ano de 1920; a de Anísio Teixeira na Bahia em 1925; e a do Distrito Federal, promovida por Fernando Azevedo em 1928. Esta última acabou se tornando modelo para as reformas posteriores. Nela, procurou-se ampliar o ensino primário a uma parcela maior da população; implementou-se uma articulação mais explícita das várias instâncias do ensino; e, pela primeira vez na História do Brasil, procurou-se adaptar as práticas educacionais ao meio rural e urbano.

Nem tudo, porém, foi desfavorável à educação nesse período da história nacional: a organização de inúmeros debates envolvendo educadores, profissionais liberais e mesmo políticos ofereceu ocasiões para que as aspirações dos mais diversos setores da sociedade brasileira pudessem ter expressão. Com isso, os ideais educacionais que até hoje existem foram sendo pouco a pouco colocados, ampliados e estruturados de uma forma mais sistemática. O fato que mais contribuiu para tanto foi a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 por Heitor Lyra da Silva.

Pensada inicialmente como uma instituição voltada para a formação e o aperfeiçoamento profissional do educador, através de cursos e congressos, a ABE passou a organizar eventos nacionais e cedo se tornou referência da educação no país. Segundo Fernando Azevedo (1971:654), um dos grandes méritos da ABE foi reunir educadores de todas as partes do país, permitindo-lhes trocar informações e “abrindo oportunidades para debate largo sobre doutrinas e reformas”. Em consequência disso, a Constituição de 1934 contemplou muitos dos princípios debatidos nos anos 20, como o livre acesso à educação para todos os brasileiros (art. 149), a gratuidade do ensino primário e a liberdade de ensino em todas as instâncias educacionais (art. 150).

Ou seja, como fruto do “Entusiasmo da Educação” e do “Otimismo Pedagógico”, termos cunhados por Jorge Nagle quando se refere aos anos 20 em seu clássico “Educação e Sociedade na Primeira República” (NAGLE, 2001), no contexto nacional emerge a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Os esforços de Levi Carneiro em dar um caráter nacional ao movimento criado no Rio de Janeiro vão desembocar na criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPABE). Podemos perceber a relação entre a ABE e SPABE, no discurso seguinte:

Ficou assentado telegraphar-se ao dr. Levi Carneiro, cujo nome foi muito festejado, de congratulações com este eminente patricio pela fundação da Associação Pelotense de Educação, iniciativa que s. exa. animou, entre nós, quando na presidência da grandiosa instituição nacional com seus bons officios junto ao dr. Joaquim Luís Osório (Diário Popular, 26 de outubro de 1926, apud PERES; CARDOSO, 2003:22).

A primeira diretoria da SPABE foi composta da seguinte forma:

- Presidente: Dr. Joaquim Luís Osório;
  - Secretário: **Professor Joaquim Alves da Fonseca**;
  - Tesoureiro: Coronel Guilherme Echenique.
- Os demais componentes da diretoria foram **Helena Pilman**, M. S. Gomes de Freitas, Anna Velloso da Silveira e Orfila do Nascimento (Diário Popular, 02 de novembro de 1926, apud PERES; CARDOSO, 2003:24). [grifo nosso]

### **Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP)**

Destacou-se os nomes do Professor Joaquim Alves da Fonseca e Helena Pilman por serem estes, três anos mais tarde, os criadores da Associação Sul Riograndense de Professores, demonstrando claramente que esta foi, em verdade, uma continuação do trabalho daquela. Já que tanto a SPABE quanto a

Um dos objetivos principais da SPABE focalizava a garantia de que “o ensino oferecido na cidade de Pelotas tivesse a qualidade e a abrangência necessária para proporcionar à sua população uma sociedade livre de tantos problemas que a assolavam” (PERES; CARDOSO, 2003:25).

Seguindo esta mesma diretriz, em 14 de outubro de 1929, o Professor Francisco Alves da Fonseca e D. Helena Pilman, com mais 45 sócios, deram início à fundação da ASRP, cujos objetivos estavam no “Estatuto de fundação” da mesma:

- Art. 1º)...
- a) Pugnar pelo aperfeiçoamento da instrução e da educação no Rio Grande do Sul, introduzindo métodos e processos novos adaptando outros já usados em alguns países, criando bibliothecas, gabinetes e laboratórios pedagógicos [...]
- b) Procurar manter a coesão entre os vários elementos que, no Rio Grande do Sul, se dedicam ao magistério official ou particular, seja primário, secundário, superior, profissional ou artístico;
- c) Manifestar sobre reformas ou modificações feitas nos vários departamentos de instrução e educação relativas ao problema educativo no Rio grande do Sul;

- d) Intervir, sendo solicitada, na defesa dos direitos ou da reputação dos seus associados quando estes injustamente forem prejudicados, desde que esta ação não prejudique outros Associados;
- e) Criar secções em todos os municípios de nosso Estado;
- f) Aproximar os paes dos professores;
- g) Solenizar em todo o Estado o dia 15 de outubro, consagrado ao professor.

A partir da fundação da ASRP, percebe-se um esforço da instituição em criar sedes em vários municípios do Rio Grande do Sul. Como exemplo disso, citamos o caso de a primeira filial que foi a cidade de Rio Grande, que teve como sede o Colégio Juvenal Muller; no decorrer dos anos, a Associação foi cada vez mais firmando sedes em outras cidades. Mas nem sempre, esta associação era bem vista, como demonstra a ata nº 26, de 13 de junho de 1931: “...foi lido um ofício que recebemos do diretor do Colégio Elementar de Vacaria, o qual nos diz que será impossível fundar uma filial nossa lá porque a maior parte não concorda com os estatutos”.

No regimento fica claro que a ASRP estava também muito preocupada em dar uma melhor qualificação para seus associados, o que garantia na época um grau maior de status para os professores que eram vinculados à mesma. Como a ASRP não tinha sede própria, os locais de reunião eram salas de escolas públicas, como por exemplo, o Gymnasio Pelotense, o Colégio Félix da Cunha, entre outros.

### **Consciência de Classe**

Para Marx (1977), uma classe só passa a existir na medida em que os sujeitos desta estejam inseridos processo produtivo e nas relações e de produção. Mais explicitamente:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independente da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais [...] O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1977:24).

Marx, ao afirmar que “o ser social determina a consciência”, ratifica o posicionamento de que a consciência se forma a partir da inserção do ser humano em relações de produção determinadas, entretanto atravessadas por outros níveis sociais. Dessa forma, se um determinado grupo se origina na inserção no processo de produção, essa condição não é

suficiente para que se transforme em classe; é preciso que os sujeitos deste grupo tenham consciência que possuem interesses comuns.

Contudo, é imprescindível deixar claro de que a classe não é apenas uma concepção aberta de determinantes objetivos, ou um resultado de identidades culturais; pois ela se constrói em relação à esfera produtiva da sociedade. É preciso vivenciar o processo de produção para se adquirir a consciência de classe; sob este aspecto, Thompson argumenta o seguinte:

“As formações de classe [...] surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade [...] Não podemos colocar ‘classe’ aqui e ‘consciência de classe’ lá [...] Nem podemos deduzir a classe de uma ‘seção’ estática (já que é um vir a ser no tempo) nem como uma função de um modo de produção, já que a formação de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolveram num processo inacabado de relação – de lutas com outras classes – no tempo” (THOMPSON, 1981:121).

O autor também adverte sobre a distinção entre consciência de experiência e consciência de classe; enquanto aquela é determinada pelas relações de produção em que os sujeitos estão inseridos, esta não é. “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe” (THOMPSON, 1997:10).

Adiantando uma possível questão sobre o professor ser ou não um produtor de bens, portanto inserido no processo de produção capitalista, citamos Marx (2004:119-120):

No caso da produção não material, mesmo quando é efetuada com vista exclusivamente à troca, e mesmo que crie mercadorias, existem duas possibilidades:

1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor, ou seja, podem circular como mercadoria no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo, livros, quadros [...] 2) O produto não é separável do ato da produção. Também aqui o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada e só pode tê-lo devido à natureza das coisas, em algumas esferas. [...] Nas instituições de ensino, por exemplo, para o empresário da fábrica de conhecimentos, os docentes podem ser meros assalariados. [...] “O trabalhador produtivo é aquele que aumenta a riqueza de seu patrão”.

### **Em suma...**

Como fruto do “Entusiasmo da Educação” e do “Otimismo Pedagógico”, termos cunhados por Jorge Nagle quando se refere aos anos 20 em seu clássico “Educação e

Sociedade na Primeira República”, no contexto nacional emerge a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Os esforços de Levi Carneiro em dar um caráter nacional ao movimento criado no Rio de Janeiro vão desembocar na criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação. Dessa iniciativa, será criada, em 1929, a Associação Sul Riograndense de Professores.

Embora o início da associação dos professores de Pelotas apresente, conforme a classificação de Ricardo Antunes, características corporativistas, tal iniciativa foi, sob certo aspecto, a gênese de uma consciência de classe do magistério pelotense, pois estes estavam tanto estão inseridos no processo de produção quanto se identificam conscientemente como um grupo de pessoas que possuem atividades específicas.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. Campinas: Cortez, 2000.
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 5ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados de processo de produção imediata. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NÓVOA, Antônio. Para o Estudo Sócio-Histórico da Gênese e Desenvolvimento da Profissão Docente. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.
- PERES, Eliane; CARDOSO, Aliana A. A Criação da Seção Pelotense de Associação Brasileira de Educação (ABE-1926). In: **Anais do IX Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**. Pelotas: Seiva/ASPHE, 2003.
- THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**. RJ: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, v.1.